

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2019

(Do Sr. LUIZ PHILIPPE DE ORLEANS E BRAGANÇA)

Requer ao Senhor Ministro de Estado de Minas e Energia que informe a esta Casa as medidas tomadas pela Petróleo Brasileiro S.A – Petrobras para preservar os interesses dos acionistas da empresa quando da expropriação de seus ativos na Bolívia em 2006, e ao senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, quais as medidas diplomáticas adotadas e aquelas pretendidas pelo governo a esse respeito.

Senhor Presidente:

Requeiro a V. Ex^a., com base no art. 50 da Constituição Federal, e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas informações ao Sr. Ministro de Minas e Energia, no sentido de esclarecer esta Casa quanto às medidas tomadas pela Petróleo Brasileiro S.A – Petrobras para preservar os interesses dos acionistas da empresa quando da expropriação de seus ativos na Bolívia ocorrida em 2006, e ao senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, quais as medidas diplomáticas adotadas e aquelas pretendidas pelo governo a esse respeito.

JUSTIFICAÇÃO

Em 1º de maio de 2006, o Presidente da Bolívia, Evo Morales, anunciou a nacionalização dos hidrocarbonetos¹, a qual foi levada a cabo por meio do Decreto Supremo nº 28.701, que estabeleceu, entre outras medidas, que:

¹ Termo que engloba o petróleo e seus derivados e o gás natural.

- O governo boliviano recupera a propriedade, posse e o controle dos hidrocarbonetos;
- O governo boliviano assume o controle e a operação da produção, transporte e refino;
- A estatal *Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos* - YPFB passa a ser proprietária das atividades de produção de gás natural e a determinar a comercialização desse produto, com a definição de volumes e preços para o mercado interno e externo;
- As empresas terão prazo de 180 dias para aceitarem as condições previstas no ato em comento, sob novos contratos, a serem aprovados individualmente pelo Congresso ou para deixarem o país.

A medida foi executada com estardalhaço, tendo o governo boliviano enviado tanques para a frente das duas refinarias da Petróleo Brasileiro – Petrobras² e promovido expressivo aumento, ao arrepio dos contratos até então vigentes, da tributação do gás natural produzido nos campos de San Alberto e San Martin, operados pela Petrobras Bolivia S.A.. A despeito dessa postura agressiva com relação ao Brasil, a reação do governo brasileiro na ocasião foi tímida, quase que envergonhada. Em síntese, limitou-se a pedir a realização de negociações.

Nessas circunstâncias, justo é o receio de que não tenham sido adotadas as ações necessárias à plena defesa dos interesses dos acionistas da Petrobrás, o maior dos quais, como se sabe, é a União. É preciso que não paire dúvida quanto à conduta do governo brasileiro e dos administradores da Petrobras na preservação do patrimônio de empresa estatal que é de todos os brasileiros.

Ante o exposto, solicitamos ao Ministro de Minas e Energia que obtenha junto à Petrobras e remeta a esta Casa as informações sobre as medidas tomadas por essa empresa estatal para preservar os interesses dos

² Ativos da Petrobras Bolivia Refinación SA. Eram as duas maiores refinarias da Bolívia na ocasião. Uma localizada em Santa Cruz de la Sierra e outra em Cochabamba.

seus acionistas quando da expropriação de seus ativos na Bolívia ocorrida em 2006. Solicita, ainda, informações ao senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores sobre quais as medidas diplomáticas adotadas e aquelas pretendidas pelo governo a esse respeito.

Sala das Sessões, em de de 2019.

Deputado LUIZ PHILIPPE DE ORLEANS E BRAGANÇA